



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140935 - MG (2021/0003168-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : CARLOS EDUARDO SANTOS PEREIRA (PRESO)
ADVOGADO : LEANDRO MÁRCIO DINIZ CAMPOS - MG091568
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : FILIPE ROCHA NOGUEIRA
CORRÉU : JOAO VICTOR SALES OLIVEIRA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por CARLOS EDUARDO SANTOS PEREIRA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.575494-8/000).

O recorrente teve a prisão preventiva decretada em razão do suposto cometimento do "crime tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV c/c art.29, *caput*, ambos do Código Penal" (fl. 63).

Sustenta que não estão presentes os requisitos para a segregação cautelar, sendo desarrazoado seu encarceramento enquanto os corréus respondem ao processo em liberdade, com a fixação de medidas diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação do mandado de prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que "a fuga do distrito da culpa, comprovadamente demonstrada nos autos, é motivo que reforça a necessidade de manutenção da custódia antecipada, também como forma de garantir a futura aplicação da lei penal" (HC 442.163/MA, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 28/06/2018) e constitui circunstância que legitima o tratamento diverso entre os réus.

A propósito:

4. A fuga do réu do distrito da culpa revela sua intenção de se furtar à aplicação da lei penal, sendo suficiente para obstar a revogação da custódia cautelar. Precedentes desta Corte.

[...]

7. Pedido de extensão dos efeitos do acórdão proferido em favor de corréu que não prospera, por não apresentar idêntica situação fática processual do ora paciente, pelo simples fato de que não se encontrava foragido. (HC n. 301.700/BA, relator Ministro Gurgel De Faria, Quinta Turma, DJe de 9/10/2014.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente